

Re(senhas)

ISSN: 3085-6434

DOI: <https://doi.org/10.71263/znxgzb42>

Cultura e Capitalismo

Manuel Bezerra Neto¹

Na introdução a *Pós-Modernismo*, Fredric Jameson afirma que: “É mais seguro entender o conceito de pós-moderno como uma tentativa de pensar historicamente o presente em uma época que já esqueceu como pensar dessa maneira”. Ele parte então da constatação evidente de que a nova ordem capitalista globalizada, como sucedâneo das etapas anteriores de sua dominação imperialista, ele assinala hoje sua apoteose triunfal em todas as esferas da vida social, econômica, política e cultural, a qual tem o mercado e o consumismo irracional

¹ Filósofo. Professor aposentado do Curso de Educação da Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: Manuel-bezerra@hotmail.com

como seu referencial exclusivo, considerando tudo ao seu redor de modo a não deixar mais qualquer lugar *fora do sistema* – nem a Natureza nem o próprio inconsciente coletivo das pessoas, constantemente massacrado pela propaganda midiática. Nesse cenário de uma aparente sociedade *do ócio e do prazer* (di Masi), hedonista, oferecidos pela realidade virtual dos algoritmos, os homens não teriam mais o que fazer senão cuidar das coisas do espírito; i. é, serem artistas, viverem numa sociedade emancipada das penas do trabalho. Por essa perspectiva, então, o problema das transformações revolucionárias ainda continua como uma *necessidade histórica*; ele continua a ser uma realização da razão prática e teórica (Hegel). Mas segundo o vaticínio ilusório de Domenico di Masi, todas as preocupações humanas agora passariam a girar apenas em torno da subjetividade da existência; a saber, o homem se voltaria somente para a elevação e o aperfeiçoamento do espírito, de forma que tal atividade deveria ser uma passagem da selvageria para a civilização. Ora, se imaginarmos a vida como uma sucessão contínua de experiências positivas, todas as invenções modernas deveriam confluir para um mesmo ponto de avanço e progresso que, na visão de Foucault (*História da Sexualidade*), não significaria senão “fábricas de ordem e controle institucionalizados, criando assim condições pelas quais as normas substituem o imprevisível; seria um sistema de produção de normas de controle capazes de cumprir funções de ajuste e reprodução da ordem dominante.

Re(senhas)

Conseqüentemente, nessa etapa de dominação totalitária do capital, a cultura deixa de ser a expressão autêntica das experiências dos indivíduos – objetivas e subjetivas – em sociedade e passa a ser entendida apenas enquanto a lógica cultural da acumulação capitalista. Enquanto isso, pois, falar de cultura nas circunstâncias atuais implica inevitavelmente em falar de sociedade, uma vez que o termo não pode ser apenas um conceito tomado abstratamente, mas sim, como o resultado concreto das atividades humanas desenvolvidas historicamente, numa perspectiva práxico-ontológica perante a questão inexorável das necessidades e da liberdade humanas, bem como da imprescindível garantia de reprodução do próprio gênero humano. Marx estava certo quando afirmava que “os homens, para sobreviver, precisam antes garantirem as condições materiais de sua existência, para depois fazerem história” (Marx. A Ideologia Alemã, 1979). Ademais, ao refletir e analisar a cultura não só como um conceito, mas como a totalidade das atividades conscientes dos homens em sociedade, ela é de fato o conjunto dessas atividades (artísticas, filosóficas ou políticas) que se desenvolvem como partes constitutivas dos próprios modos de vida humana numa dada etapa de sua existência; i. é, como resultado objetivo e subjetivo, devem representar, no fim, a unidade possível entre o sujeito e o objeto; É um processo ontocriativo, na direção a formas de ser mais elevadas e autônomas do ser humano.

O processo de objetivação-subjetivação é o processo pelo qual o homem, antes de produzir os objetos concretos, segundo suas

Re(senhas)

necessidades vitais ou espirituais, ele precisa elaborar na sua mente um projeto que, posteriormente, será realizado. É, então, esse ato que nos diferencia do restante da natureza orgânica, pois ele não produz cultura; esta não é uma manifestação espontânea da Natureza, mas um ato histórico da vontade ou da necessidade humana, daí a cultura ser também um processo de condicionamento – objetivo ou subjetivo – que busca organizar, positivamente, ou a desorganizar um sistema de valores ou de normas de conduta em sociedade. Não obstante, acreditar que a cultura possui, *per se*, um caráter sempre afirmativo; um modo de *elevação espiritual*, como apregoa a “boa consciência humana”, é não perceber-se ou admitir que na sociedade capitalista, além da função ideológica de impor seus valores como universais, tornando-os assim como normas de convivência aceitas por todos, devemos ressaltar antes o caráter político e econômico que induz as pessoas a não só imaginar uma aparente neutralidade da produção cultural perante o poder social dominante do capitalismo; como uma apropriação enquanto instrumento determinado pelos interesses do mercado; a saber, apenas como objeto de troca.

Desta perspectiva conceitual, a cultura – em especial, a cultura estética -, uma vez apropriada como uma mercadoria ou objeto de troca, acaba perdendo seu caráter de criação autônoma e de promessa emancipatória, passando a se tornar somente mais um objeto de condicionamento social e de geração de valor econômico para a acumulação capitalista. Afirmar assim o caráter “virtuoso” da cultura

Re(senhas)

institucionalizada, é colocar em dúvida ou negligenciar também seu caráter emancipatório de negação crítica da ordem estabelecida, e não enquanto um conjunto de ideais que devessem conferir uma verdadeira dimensão humanizada à vida. Todavia, para os ideais burgueses, a cultura precisa ser uma esfera de vida social inteiramente infensa às determinações do mercado. Isto implica em que, na visão conceitual burguesa, o caráter afirmativo da cultura indica apenas a subordinação universalizada do indivíduo às demandas privadas de desejos hedonistas individuais de prazer e felicidade. Para aquelas pessoas que podem “comprar” os bens culturais, ainda que isso seja possível somente na aparência, uma fruição subjetiva cuja função é tornar suportável uma vida social de incertezas e sofrimento, de modo que, como Gyorgy Lukács afirmou, “A cultura do capitalismo não poderia ser senão uma crítica da era capitalista” (Texto de 1919 – Hungria). Este, então, e o caráter afirmativo da cultura burguesa, a qual exige de sua forma social dominante a afirmação dos ideais humanistas que ela própria nega objetivamente.

Consequentemente, insistir na ideia burguesa de cultura, entendida somente pelo seu caráter afirmativo, enquanto objetivação dos ideais humanistas do indivíduo, implica, da mesma forma, obscurecer ou negar também seu caráter de negatividade crítica dos valores e padrões sociais estabelecidos pela ordem dominante. Quer dizer, o caráter afirmativo de cultura na ordem capitalista precisa ser contraposto pela negatividade crítica que, ao contrário de significar um

Re(senhas)

mecanismo de elevação abstrata do espírito, segundo os cânones burgueses e, por seu lado, signifique a afirmação ontocriativa da verdadeira emancipação do homem. A cultura, enquanto um conjunto de atividades que deveriam favorecer a liberdade do indivíduo, não pode, por outro lado, significar um instrumento de avaliação conceitual e de subordinação às determinações do mercado. Neste sentido, podemos pensar a cultura, na atualidade apenas como um esforço político tendo em vista a manutenção da ordem social capitalista, uma luta entre o caos instalado e as lutas de classe e o imperativo de reprodução das relações de mercado. Nesse conflito, torna-se cada vez mais difícil entender a cultura como produto específico das atividades humanas enquanto expressão das necessidades ou dos desejos espirituais de auto-realização dos indivíduos em sociedade.

Não é fácil, pois, pensar a cultura de forma que isto não esteja de algum modo revelando uma situação de crise ou de anormalidade sistêmica que acaba se transformando numa norma coercitiva perante as exigências do processo de acumulação da sociedade de consumo. Além disso, todos os modelos de produção cultural concentravam-se antes na liberdade do seu criador, eram organizados em torno de um correlato espiritual de valores, categorias e princípios filosóficos cuja concepção era considerada tarefa de uma classe particular de criadores culturais autônomos e livres no seu trabalho criativo. Hoje, no entanto, as categorias *mercado e consumidor* têm provocado uma alteração decisiva sobre o processo de criação estética, isto porque passou também a ser

Re(senhas)

considerado parte inerente não só dos processos gerais de produção material, como, sobretudo, dos mecanismos institucionais que coordenam e organizam os projetos referentes à cultura como um todo e, particularmente, às artes. Ou seja, o resultado e o conteúdo das obras culturais só podem se afirmar e justificar hoje mediante as determinações do mercado e dos consumidores ávidos por novidades superficiais e efêmeras. Por essa via, então, a cultura se encontra antes vinculada apenas às demandas da ordem da acumulação e não instrumento crítico de negação dessa ordem e de sua ideologia. A cultura burguesa não poderia ser outra coisa senão a louvação afirmativa, em vista do seu papel de “aperfeiçoamento ético” e de refinamento estético.

Ao parecer demonstrar que o campo da cultura é um espaço imune aos influxos do mercado, no capitalismo ela não tem outra função a cumprir que não a de demonstrar que todas as atividades humanas visam somente à realização das coisas enquanto objetos de troca e não o ser humano como seu criador e verdadeiro fim do ser social.

O Reverso da Cultura

Até agora, tomamos o termo cultura em seu conceito tradicional, como atividade de elevação do espírito, ou de cultura afirmativa que, no fundo, não é mais que a forma estética da sociedade capitalista. A partir desse conceito, ela assumiria a responsabilidade de

Re(senhas)

responder pelo bem-estar e a felicidade das pessoas em sociedade. O fato, porém, é que, diante das características da vida real dos indivíduos, nessa esfera, tal exigência só será atendida no plano das abstrações metafísicas racionalizadas. Num modo social de vida em que a unidade universal apregoada é uma simples quimera e o valor econômico é o seu fundamento básico, exigir-se um mínimo de bem-estar e felicidade significa apenas um privilégio para *bem aventurados* com a posse das riquezas materiais. Quer dizer, a promessa de satisfação das necessidades de todos na sociedade do lucro e da acumulação, é não reconhecer que a grande maioria tem que se submeter às durezas do trabalho assalariado que só gera dividendos para os donos do capital, e ainda tem que ser submisso às determinações econômicas de reprodução do sistema produtor de mercadorias.

A promessa escatológica de felicidade, no entanto, requer que os que vendem sua força de trabalho estejam sempre dispostos à opressão, à humilhação e ao estado permanente de carências que nega objetivamente toda possibilidade de fruição prazerosa e de auto-realização pessoal. Só há, então, possibilidade de alcançar-se esse estado irreal se a cultura se impuser de fato como uma exigência universalizada; i. é, como uma necessidade concreta de mudança das relações materiais de produção, de um novo modo de produção de valores, que não seja fundado em relações de dominação e expropriação mercadológica do sobretrabalho do trabalhador. Ora, enquanto a “boa filosofia” burguesa torna suas ideias realizáveis apenas no plano das

Re(senhas)

abstrações e desejos individualistas, a cultura que se lhe contrapõe – a cultura da negação, que não significa apenas a cultura de quebra dos costumes, que no fim só se afirma pela interferência do mercado – deve ser a que não se refira só ao alcance de *um mundo melhor*, mas de um mundo que resulte de uma transformação radical da ordem material dominada pelos valores de mercado. Assim, a beleza dessa cultura é só uma beleza subjetiva: ela deve alcançar o exterior somente através da intervenção do espírito. Por ter assumido a exigência de realização da liberdade humana, essa *cultura da ordem* pretende unificar num plano abstrato tudo o que se refere às ações humanas, conduzindo então tudo isso à ”formação do puro caráter humanitário” imanente da liberdade e da razão. Ora, essa imaginável realização humana, no entanto, deve pressupor uma possível comunidade de valores e desejos, no sentido de alcançar a liberdade, a razão e a possibilidade de realização de todas as potencialidades intrínsecas ao ser humano.

É evidente que tal conceito de cultura, ao fim, visa mais tornar expressivo seu caráter discriminatório de uma classe que seu caráter unificador e progressista, enriquecendo-o e não o substituindo por qualquer objeto que apenas pode adquirir valor de mercado. Neste caso, torna-se somente valor de mercado, um falso aperfeiçoamento sem, no entanto, permitir a emancipação do seu criador. Essa ideia de cultura, somente enquanto expressão identitária de grupos discriminados socialmente implica, por conseguinte, apenas num deslocamento e substituição da classe trabalhadora por novos meios de produção,

Re(senhas)

fazendo com que as novas relações político-sociais sejam expressão tão somente da proclamação obscena da democracia burguesa que hoje se vangloria em produzir quantidades cada vez maiores de indivíduos estruturalmente abstratos e descartáveis no mundo da produção de valores, ainda que essa nova configuração, determinada apenas pelos interesses da acumulação capitalista só se tornará acessível à consciência das massas produtoras quando for “capaz de romper seu véu místico enquanto processo real de produção material e espiritual, e se revele como produto de homens livremente associados e sob seu controle planejado e consciente (...)”, afirma Marx (O Capital, vol. I).

Desta perspectiva, a superação desse conceito de cultura só se efetivará se suas bases concretas – as estruturas materiais em que se fundamente, o seu caráter – forem eliminadas, porque ela supõe a dignidade humana, na medida em que se preocupa com as condições objetivas de vida que permitam alcançar essa condição efetiva. Nestas circunstâncias, nada se ganha ao se perpetuar um modo social de vida, inerte e em decomposição, se não o substituir por outra estrutura que reconhece que o presente já esgotou suas promessas e tem o futuro como preocupação para a vida humana.

Em suma, a superação da “cultura afirmativa”, no processo material da vida passa a ser considerada uma ameaça e uma ofensa à própria vida espiritual da sociedade. Ainda assim, sem considerar que não só a produção, mas também a fruição dos bens culturais, de há muito são avaliados apenas sob a lei do valor monetário; a felicidade e

Re(senhas)

seu deleite já são calculados em termos de sua utilidade imediata nos mesmos termos de uma aposta em que há a possibilidade de se ganhar ou perder. Mas geralmente se perde quando essa ideia é própria do utilitarismo, cujo cálculo se vincula só ao princípio da lei do mercado. A felicidade dominical do lazer não é mais que a demonstração de uma competição de quem esbanja mais. Isto, no entanto, significa elevar a ideologia do consumo e do mercado à única forma de vida social que promete felicidade, mas esquece das necessidades vitais dos indivíduos de carne e nervos que sofrem sob as penas das obrigações do trabalho produtor de mercadorias. Assim, as concepções dessa natureza se contrapõem frontalmente com o que é essencial, de forma que o arremate desta análise crítica fica por conta de Fredric Jameson, quando afirma que...

(...) as críticas ao consumo (...) meramente sobre o problema do mercado, e acima de tudo sobre a natureza do socialismo como sistema alternativo; e se a possibilidade de tal sistema (...) não for enfrentada e teorizada explicitamente, a crítica da produção de mercadorias tende fatalmente a se voltar para a discussão meramente moral (...) (Jameson. Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio – 1997).

Brejo Santo, setembro de 2024.

REFERÊNCIAS:

EAGLETON, Terry. *As Ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Re(senhas)



FOUCAULT, M. “Aulas sobre a vontade de saber”. In: ALLIEZ, Éric; LAZZARATO. *Guerras e Capital*. São Paulo: Ubu: 2021.

HEGEL, G. F. W. *Enciclopédia das ciências filosóficas*, vol. II. São Paulo: Loyola, 1997.

JAMESON, Frédéric. *Pós-modernismo*. 1997. São Paulo: Ática, 1997.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, K; ENGELS, F. *O Capital*, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.